

Alemanha-Erfurt: Pacotes de software e sistemas de informação**OJ S 102/2020 27/05/2020****Anúncio de concurso****Fornecimentos****Base jurídica:**

Diretiva 2014/24/UE

Secção I: Autoridade adjudicante

I.1. Nome e endereços

Nome oficial: Freistaat Thüringen vertreten durch das Thüringer Finanzministerium

Endereço postal: Ludwig-Erhard-Ring 7

Localidade: Erfurt

Código NUTS: DEG01 Erfurt, Kreisfreie Stadt

Código postal: 99099

País: Alemanha

Pessoa de contacto: Thüringer Landesrechenzentrum Vergabestelle

Correio eletrónico: vergabe@tlrz.thueringen.de**Endereço(s) Internet:**Endereço principal: <http://www.thueringen.de>Endereço do perfil do adquirente: <http://portal.thueringen.de/portal/page/portal/Serviceportal/Ausschreibungen>**I.3. Comunicação**Os documentos do concurso estão disponíveis gratuitamente para acesso direto, completo e ilimitado em: <https://www.evergabe-online.de/tenderdetails.html?id=327910>

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para eletronicamente para:

<https://www.evergabe-online.de/tenderdetails.html?id=327910>

Para obter mais informações, consultar outro endereço:

Nome oficial: Thüringer Landesrechenzentrum Vergabestelle

Endereço postal: Ludwig-Erhard-Ring 8

Localidade: Erfurt

Código NUTS: DEG01 Erfurt, Kreisfreie Stadt

Código postal: 99099

País: Alemanha

Pessoa de contacto: Thüringer Landesrechenzentrum Vergabestelle

Correio eletrónico: vergabe@tlrz.thueringen.de**Endereço(s) Internet:**Endereço principal: <http://www.thueringen.de>Endereço do perfil do adquirente: <http://portal.thueringen.de/portal/page/portal/Serviceportal/Ausschreibungen>**I.4. Tipo de autoridade adjudicante**

Autoridades regionais ou locais

I.5. Atividade principal

Serviços públicos gerais

Secção II: Objeto

II.1. Quantidade ou âmbito do concurso

II.1.1. Título

Beschaffung eines ISMS-Tools mit BCM-Integration für den Freistaat Thüringen
Número de referência: TFM-V-20-003

II.1.2. Código CPV principal

48000000 Pacotes de software e sistemas de informação

II.1.3. Tipo de contrato

Fornecimentos

II.1.4. Descrição resumida

Beschaffung eines Informationssicherheitsmanagementsystem-Tool (ISMS-Tool) für die Erstellung und Pflege von Sicherheitskonzepten gemäß IT-Grundschutz bzw. IT-Grundschutz-Kompendium des Bundesamtes für Sicherheit in der Informationstechnik (BSI) und zur Abbildung des Notfallmanagements (Business Continuity Management – BCM) für die Behörden der Landesverwaltung des Freistaats Thüringen.

II.1.5. Valor total estimado

Valor sem IVA: 1,00 EUR

II.1.6. Informação sobre os lotes

Contrato dividido em lotes: não

II.2. Descrição

II.2.2. Código(s) CPV adicional(is)

72260000 Serviços relacionados com software, 72263000 Serviços de implementação de software, 72267000 Serviços de manutenção e reparação de software, 72268000 Serviços de fornecimento de software, 72320000 Serviços relacionados com bases de dados, 48517000 Pacote de software para TI, 48730000 Pacote de software de segurança, 48732000 Pacote de software para segurança de dados

II.2.3. Local de execução

Código NUTS: DEG Thüringen

II.2.4. Descrição do concurso

Überlassung von Lizenzen für die Nutzung eines Tools für ein Informationssicherheitsmanagementsystem (ISMS-Tool) zur Erstellung und Pflege von Sicherheitskonzepten gemäß IT-Grundschutz bzw. IT-Grundschutz-Kompendium des Bundesamtes für Sicherheit in der Informationstechnik (BSI) und zur Abbildung des Notfallmanagements (Business Continuity Management – BCM) für die Behörden der Landesverwaltung des Freistaats Thüringen. Leistung umfasst Erstinstallation, Pflege und Support für das ISMS-Tool Bedarfswise Anpassungsleistung, Unterstützungsleistungen und Schulungen.

II.2.5. Critérios de adjudicação

O preço não é o único critério de adjudicação e todos os critérios se encontram enunciados apenas na documentação do concurso

II.2.6. Valor estimado

Valor sem IVA: 1,00 EUR

II.2.7. Duração do contrato, acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico

Duração em meses: 60

O contrato é passível de recondução: sim

Descrição das renovações:

Der Vertragszeitraum ist zunächst für 5 Jahre ab Abnahme der Erstinbetriebnahme angelegt. Es besteht für den Auftraggeber das Recht, den Vertrag dreimal um jeweils ein Jahr zu verlängern.

II.2.10. Informação sobre as variantes

São aceites variantes: não

II.2.11. Informação sobre as opções

Opções: sim

Descrição das opções:

Der Vertrag kann dreimal um jeweils ein Jahr verlängert werden.

II.2.13. Informação sobre os fundos da União Europeia

O contrato está relacionado com um projeto e/ou programa financiado por fundos da União Europeia: não

II.2.14. Informação adicional

1. Die Einreichung des Angebotes hat unter Verwendung des Formulars Angebotsschreiben zu erfolgen, andernfalls wird das Angebot ausgeschlossen.

Secção III: Informação de carácter jurídico, económico, financeiro e técnico

III.1. Condições de participação

III.1.1. Habilitação para o exercício da atividade profissional, incluindo requisitos em matéria de inscrição em registos profissionais ou comerciais

Lista e breve descrição das condições:

1. Dem Angebot ist als Anlage der Auszug (Kopie) aus dem Handelsregister bzw. Berufsregister des Staats, in dem das Unternehmen niedergelassen ist, soweit das Unternehmen dort eingetragen ist, oder ein vergleichbarer Nachweis der erlaubten Berufsausübung beizufügen. Der Bieter hat zu bestätigen, dass der dem Angebot beigefügte Auszug aus dem Handelsregister, dem Berufsregister oder der vergleichbare Nachweis jeweils den aktuellen (Eintragungs-) Stand wiedergibt,
2. Dem Angebot ist als Anlage ein kurzes Unternehmensprofil (grds. nicht länger als 2 DIN A4Seiten) beizufügen, in dem die wesentlichen Tätigkeitsbereiche und die Organisation des Unternehmens kurz dargelegt werden,
3. Im Angebot ist zu erklären, ob bei dem Unternehmen Ausschlussgründe gemäß §§ 123, 124 GWB vorliegen. Soweit Tatbestände nach den vorgenannten Vorschriften beim Unternehmen vorliegen, sind in einer Anlage nähere Angaben zu machen, um dem Auftraggeber die Prüfung der Ausnahmetatbestände des § 123 Abs. 5 GWB, eine Entscheidung über die fakultativen Ausschlussgründe nach § 124 GWB bzw. eine Prüfung der Selbstreinigungsmaßnahmen nach § 125 GWB zu ermöglichen,
4. Im Angebot ist zu erklären, ob bei dem Unternehmen Ausschlussgründe gemäß § 21 des Arbeitnehmerentendegesetzes, § 98 c des Aufenthaltsgesetzes, § 19 des Mindestlohngesetzes und § 21 des Schwarzarbeitsbekämpfungsgesetzes, soweit diese Vorschriften jeweils anwendbar sind, vorliegen,

Soweit Tatbestände nach den vorgenannten Vorschriften beim Unternehmen vorliegen, sind in einer Anlage nähere Angaben zu machen, um dem Auftraggeber die Prüfung der Eignung, insbesondere der Zuverlässigkeit, und eine Entscheidung über die Eignung zu ermöglichen, 5. Das Unternehmen hat zu erklären, dass es alle gewerberechtlichen Voraussetzungen für die Ausführung der zu vergebenden Leistung erfüllt.

III.1.2. Capacidade económica e financeira

Lista e breve descrição dos critérios de seleção:
Sicherheitsmanagement

III.1.3. Capacidade técnica e profissional

Lista e breve descrição dos critérios de seleção:

- a) Das Unternehmen kann mindestens 3 Referenzen nachweisen, bei denen es das angebotene ISMS-Tool in den letzten 3 Jahren bei deutschen Bundes- oder Landesbehörden erfolgreich installiert hat. Dem Angebot ist für jede Referenz eine ausführliche Beschreibung beizulegen. Die Referenzen sind mit der Angabe von Ansprechpartnern des jeweiligen Auftraggebers und deren Kontaktdaten zu versehen. Einer telefonischen Nachfrage oder per Nachfrage per E-Mail des Auftraggebers beim Auftraggebers der Referenz ist zuzustimmen. Wird diese Mindestanforderung nicht erfüllt, wird das Angebot ausgeschlossen;
- b) Das Unternehmen erläutert, wie seine Betriebsprozesse (ITIL-orientiert) definiert sind. Hierbei wird seitens des Auftraggebers insbesondere Wert auf die Beschreibung der folgenden Prozesse gelegt: Change-Management, Release-Management, Incident-Management, Problem-Management, Qualitätsmanagement, Sicherheitsmanagement;
- c) Auflistung der durchschnittlichen Anzahl der Mitarbeiter des Unternehmens in den letzten 3 abgeschlossenen Geschäftsjahren.

Secção IV: Procedimento

IV.1. Descrição

IV.1.1. Tipo de procedimento

Concurso aberto

IV.1.3. Informação acerca do acordo-quadro ou sistema de aquisição dinâmico

IV.1.8. Informação relativa ao Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)

O contrato é abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos: sim

IV.2. Informação administrativa

IV.2.2. Prazo para a receção das propostas ou pedidos de participação

Data: 30/06/2020 Hora local: 10:00

IV.2.3. Data prevista de envio dos convites à apresentação de propostas ou dos convites para participar aos candidatos selecionados

IV.2.4. Línguas em que as propostas ou os pedidos de participação podem ser apresentados

Alemão

IV.2.6. Período mínimo durante o qual o concorrente é obrigado a manter a sua proposta

A proposta deve ser válida até: 31/08/2020

IV.2.7. Condições de abertura das propostas

Data: 30/06/2020 Hora local: 10:00

Secção VI: Informação complementar

VI.1. Informação sobre o carácter recorrente

Contrato recorrente: não

VI.2. Informação relativa aos fluxos de trabalho eletrónicos

Serão utilizadas encomendas eletrónicas

VI.3. Informação adicional

1. Eignungsleihe: Ein Bieter kann sich zum Nachweis seiner wirtschaftlichen und finanziellen sowie technischen und beruflichen Leistungsfähigkeit der Fähigkeiten anderer Unternehmen (Dritter/Nachunternehmer) bedienen, ungeachtet des rechtlichen Charakters der zwischen ihm und diesen anderen Unternehmen bestehenden Verbindungen. In diesem Fall hat der Bieter diese Dritten/Nachunternehmer unter Angabe der von diesen auszuführenden Leistungsteile im Angebot zu benennen u. die unter Ziff. III.1) der Bekanntmachung genannten Angaben, Erklärungen u. Nachweise für diese Dritten/ Nachunternehmer vorzulegen. Es ist das Formblatt „Erklärungen und Nachweise zur Eignung“ zu verwenden. Mit dem Angebot ist zudem von jedem dieser Dritten/Nachunternehmer eine Erklärung vorzulegen, aus der hervorgeht, dass der Dritte/ Nachunternehmer im Falle der Auftragsvergabe an den Bieter diesem mit seinen Fähigkeiten (Mittel/Kapazitäten) für die benannten Leistungsteile zur Verfügung steht (Formblatt Verpflichtungserklärung).

Eine Änderung von im Vergabeverfahren benannten Dritten/Nachunternehmer nach Ablauf der Angebotsfrist ist grundsätzlich unzulässig. Ausnahmen von diesem Grundsatz können nur aus wichtigem Grund vom AG zugelassen werden. Etwaige Änderungen hat der Bieter dem AG unverzüglich mitzuteilen und zu begründen. Dabei muss der Bieter nachweisen, dass durch die Änderung die Eignung des Bieters nicht nachteilig verändert werden,

2. Nachunternehmer: Der Bieter hat in seinem Angebot die Auftragsteile zu bezeichnen, die er durch Nachunternehmer erbringen lassen will und welche Nachunternehmer dafür vorgesehen sind. Hierfür ist das Formblatt „Einsatz Dritter/Nachunternehmer“ zu verwenden. Dies gilt ausdrücklich auch für den Zugriff auf Gesellschaften im Konzernverbund, sofern diese rechtlich selbstständig sind. Für diese Nachunternehmer sind jeweils die ausgefüllten und unterschriebenen Formblätter „Erklärungen und Nachweise zur Eignung“ und „Verpflichtungserklärung“ sowie die Formblätter „Verpflichtung des Nachunternehmer zu Tariftreue, Mindestentgelt u. Entgeltgleichheit“, „Verpflichtung des Nachunternehmens“, Zur Beachtung der ILO Kernarbeitsnormen“ und „Nachunternehmererklärung vertrauliche Informationen“ mit dem Angebot einzureichen. Dies gilt nur für Nachunternehmer, wenn diese: — entweder 15 % oder mehr der voraussichtlich wertmäßig (in Euro netto) zu erbringenden Leistungen erbringen wird;

— und/oder der Dritte/Nachunternehmer durch die von ihm zu erbringende Leistung unmittelbar in Kontakt (in Form einer Leistungsschnittstelle) zum AG gerät.

3. Bietergemeinschaft: im Falle einer Bietergemeinschaft sind die Mitglieder und das geschäftsführende Mitglied zu benennen. Es ist eine Eigenerklärung der Mitglieder der Bietergemeinschaft vorzulegen, dass ihnen bekannt ist, dass §1GWB wettbewerbsbeschränkende Vereinbarungen, Verhaltensweisen und Beschlüsse verbietet, und ein Angebot einer unter Verstoß gegen diese Vorschrift gebildeten Bietergemeinschaft zwingend vom Verfahren ausgeschlossen wird. Zudem ist anzugeben, welche Gründe für die zulässige Bildung einer Bietergemeinschaft maßgeblich waren.

Weiter ist zu erklären, dass:

- das geschäftsführende Mitglied die Bietergemeinschaft gegenüber dem AG rechtsverbindlich vertritt; dies schließt Erklärungen im Vergabeverfahren ein;
- das geschäftsführende Mitglied berechtigt ist, mit uneingeschränkter Wirkung Zahlungen anzunehmen und alle Mitglieder im Auftragsfalle als Gesamtschuldner haften. Zudem sind für jedes Mitglied der Bietergemeinschaft die Angaben, Erklärungen und Nachweise gemäß III.1) vorzulegen.

4. Die Beantwortung von Bieterfragen sowie die Bereitstellung geänderter Vergabeunterlagen erfolgt ausschließlich über die E-Vergabe-Plattform (www.evergabe-online.de).

VI.4. Procedimentos de recurso

VI.4.1. Organismo responsável pelos processos de recurso

Nome oficial: Thüringer Landesverwaltungsamt/ Geschäftsstelle der Vergabekammer

Endereço postal: Jorge-Semprún-Platz 4

Localidade: Weimar

Código postal: 99423

País: Alemanha

VI.4.3. Processo de recurso

Informações precisas sobre o(s) prazo(s) de recurso:

§135 Abs. 1 u. 2 GWB:

1. Ein öffentlicher Auftrag ist von Anfang an unwirksam, wenn der öffentliche Auftraggeber:
 - a) Gegen § 134 verstoßen hat oder
 - b) Den Auftrag ohne vorherige Veröffentlichung einer Bekanntmachung im Amtsblatt der Europäischen Union vergeben hat, ohne dass dies aufgrund Gesetzes gestattet ist, und dieser Verstoß in einem Nachprüfungsverfahren festgestellt worden ist.

2. Die Unwirksamkeit nach Absatz 1 kann nur festgestellt werden, wenn sie im Nachprüfungsverfahren innerhalb von 30 Kalendertagen nach der Information der betroffenen Bieter und Bewerber durch den öffentlichen Auftraggeber über den Abschluss des Vertrags, jedoch nicht später als 6 Monate nach Vertragsschluss geltend gemacht worden ist. Hat der Auftraggeber die Auftragsvergabe im Amtsblatt

Der Europäischen Union. Bekannt gemacht, endet die Frist zur Geltendmachung der Unwirksamkeit 30 Kalendertage nach Veröffentlichung der Bekanntmachung der Auftragsvergabe im Amtsblatt der Europäischen Union.

§ 160 Abs. 1-3 GWB:

1. Die Vergabekammer leitet ein Nachprüfungsverfahren nur auf Antrag ein,
2. Antragsbefugt ist jedes Unternehmen, das ein Interesse an dem öffentlichen Auftrag oder der Konzession hat und eine Verletzung in seinen Rechten nach § 97 Absatz 6 durch Nichtbeachtung von Vergabevorschriften geltend macht. Dabei ist darzulegen, dass dem Unternehmen durch die behauptete Verletzung der Vergabevorschriften ein Schaden entstanden ist oder zu entstehen droht,
3. Der Antrag ist unzulässig, soweit:
 - a) Der Antragsteller den geltend gemachten Verstoß gegen Vergabevorschriften vor Einreichen des Nachprüfungsantrags erkannt und gegenüber dem Auftraggeber nicht innerhalb einer Frist von 10 Kalendertagen gerügt hat; der Ablauf der Frist nach § 134 Absatz 2 bleibt unberührt,
 - b) Verstöße gegen Vergabevorschriften, die aufgrund der Bekanntmachung erkennbar sind, nicht spätestens bis zum Ablauf der in der Bekanntmachung benannten Frist zur Bewerbung oder zur Angebotsabgabe gegenüber dem Auftraggeber gerügt werden,

- c) Verstöße gegen Vergabevorschriften, die erst in den Vergabeunterlagen erkennbar sind, nicht spätestens bis zum Ablauf der Frist zur Bewerbung oder zur Angebotsabgabe gegenüber dem Auftraggeber gerügt werden,
 - d) Mehr als 15 Kalendertage nach Eingang der Mitteilung des Auftraggebers, einer Rüge nicht abhelfen zu wollen, vergangen sind.
- Satz 1 gilt nicht bei einem Antrag auf Feststellung der Unwirksamkeit des Vertrags nach § 135 Absatz 1 Nummer 2. § 134 Absatz 1 Satz 2 bleibt unberührt.

VI.5. Data de envio do presente anúncio

25/05/2020